



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E PAUPERISMO

Milena da Silva Santos¹

Liana Amaro Augusto de Carvalho²

Resumo: O texto discute o trabalho, a “questão social” e o pauperismo. A partir de uma pesquisa bibliográfica, baseada no materialismo histórico dialético, analisamos os fundamentos sócio históricos das sequelas do capitalismo, materializados flagrantemente no pauperismo. Consideramos ainda que a supressão deste último se relaciona com a superação da reprodução das relações sociais capitalistas.

Palavras-chave: Trabalho. “Questão Social”. Pauperismo. Capitalismo.

Abstract: The text discusses the work, the “social question” and pauperismo. Based on a bibliographical research, based on dialectical historical materialismo, we analyze the sócio-historical foundations of the sequels of capitalismo, materialized flagrantly in pauperismo. We also consider that the suppression of the later is related to the overcoming of the reproduction of capitalista social relations.

Keywords: Work. “Social issues”. Pauperism. Capitalism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge com o objetivo de discutir um dos aspectos próprios do modo de produção capitalista, a chamada “questão social”³, e sua expressão mais flagrante: o pauperismo. Para captar o movimento deste objeto na realidade, torna-se necessário compreender o conflito entre capital e trabalho e analisar as relações sociais que emergem a partir dele, uma vez que “questão social” se expressa como um complexo de problemáticas econômicas, políticas, sociais e ideológicas.

Diante disto, recorreremos à base do materialismo histórico dialético, numa perspectiva ontológica, levando em consideração a compreensão de totalidade social, enquanto as relações constituintes entre suas totalidades parciais, ou seja, suas esferas essenciais,

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: milena_sso@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: milena_sso@hotmail.com.

³ Vale aqui acrescer que por muito tempo a expressão “questão social” caiu em uso indevido, passando de uma análise sócio histórica, associada a uma perspectiva de totalidade, para progressivamente cair numa relação que favoreceu o modo burguês, de forma a legitimar a reprodução da propriedade privada dos meios de produção, o que lhe conferiu uma análise naturalizada, deslocada das relações espaço-temporais. Entretanto, importa ressaltar que ainda que o termo tenha sido apropriado pelo pensamento burguês, esta sempre foi uma problemática presente no pensamento marxiano (CASTELO, 2006). Por este motivo, seguindo as indicações de Netto (2011), utilizamos sempre o termo entre aspas, sinalizando que na nossa concepção a “questão social” emerge como um leque de expressões contraditórias das relações provenientes do conflito entre capital e trabalho, sendo pois ineliminável enquanto perdurar esta sociabilidade.

como economia, política e cultura, tendo como lastro as relações sociais próprias da sociabilidade burguesa.

Dessa forma, destacamos a centralidade da categoria de trabalho como fundamento do ontológico do ser social, determinante para o desenvolvimento das relações sociais constituídas pelos seres humanos em toda a sua história. Dentro desta concepção, observamos que a passagem do feudalismo para o capitalismo exigiu o desenvolvimento de novas formas de organização entre os homens com a finalidade de extrair da natureza o necessário à sua sobrevivência, satisfazendo as suas necessidades. Nesse sentido, o desenvolvimento das relações sociais capitalistas foi radical, pois revolucionou o processo de desenvolvimento das forças produtivas, proporcionando uma enorme evolução rapidamente.

No entanto, como consequência, ao mesmo tempo em que o capital proporcionou um grande *quantum* de riqueza socialmente produzida, levando em consideração a lucratividade em função da acumulação, por outro lado, produziu-se um enorme contingente de trabalhadores empobrecidos, ávidos pela venda de sua força de trabalho em troca de um salário a fim de sobreviver. O capital não produz levando em consideração o atendimento das necessidades humanas e a mediação para a satisfação destas ficou relegada ao consumo. Portanto, a partir da pesquisa bibliográfica desenvolvida, apresentamos uma análise do modo de produção capitalista em seus fundamentos ontológicos, buscando evidenciar o pauperismo como uma sequela do modo de produção capitalista.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos por esta comunicação, organizamos o artigo em três momentos interligados entre si. Inicialmente, faremos uma discussão do trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social, da constituição da vida em sociedade e da satisfação das necessidades humanas. Em seguida, teceremos algumas considerações acerca do pauperismo a partir da perspectiva que reivindicamos, situando-o a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista. E, por fim, concluiremos a discussão apontando que a “questão social”, assim como o pauperismo, são insuprimíveis enquanto perdurarem as relações baseadas no conflito entre capital e trabalho. No entanto, por outro lado, reivindicamos a perenidade do trabalho enquanto determinante para a constituição do ser social e de qualquer forma de sociabilidade humana.

1 FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO

Tratar dos fundamentos ontológicos do trabalho significa buscar compreendê-lo como realmente é, analisando as totalidades parciais que o constituem e a relação que ele tem com as esferas da totalidade social.

Nesta análise, tomamos como pressuposto que o trabalho está na base da atividade econômica, sendo o que proporciona a produção de bens materiais que constituem a riqueza social. Para o homem realizar a atividade do trabalho precisa de instrumentos, pois não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria; não se realiza cumprindo determinações genéticas, exige habilidade e conhecimentos e se transmite mediante aprendizado; não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades e implicam o desenvolvimento de novas necessidades. Trabalho se especifica por uma relação mediata entre sujeito e objeto. Entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um instrumento.

Porém, antes de tornar-se realidade a ação específica do homem sobre a natureza, procurando transformá-la para suprir suas necessidades materiais, sociais ou espirituais, o homem imagina o que irá fazer, como irá realizar e quais os meios que irá utilizar. Processo de construção a partir da consciência (criação do que não existe). Não é simplesmente a combinação do que se encontra na natureza. Neste processo chamado de prévia ideação⁴, o sujeito antecipa idealmente suas representações antes de efetivar a atividade do trabalho. O trabalho, enquanto atividade teleológica, exige escolhas entre alternativas, exige que o sujeito tenha um mínimo de conhecimento do mundo e dele mesmo, suas capacidades e habilidades. Quais elementos dos quais pode mudar ou criar, como também se é capaz de fazer o que idealizou, e como pode fazer. Ou seja, são duas ordens de exigências: o conhecimento sobre a natureza e a coordenação múltipla necessária ao sujeito.

A criação de algo novo através do trabalho é o processo de objetivação, ou seja, a relação entre o objeto e o mundo, e a transformação que esse processo acarreta ao sujeito, aqueles indivíduos diretamente envolvidos, é a exteriorização. A objetivação e a exteriorização são relacionadas entre si, pois faz parte deste processo de transformação da natureza, porém são distintos por que a matéria no qual cada um opera é diferente. A exteriorização faz com que o indivíduo desenvolva novos conhecimentos, habilidades e

⁴ O “[...] momento de planejamento que antecede e dirige a ação, Lukács denominou prévia-ideação. Pela prévia-ideação as consequências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado (ou seja, projetado na consciência) antes que seja construído na prática” (LESSA, 2016, p. 28). Para mais informações sobre os fundamentos ontológicos da categoria trabalho e sobre prévia-ideação, consultar Lessa, 2016.

sensibilidades. Esse processo gera novas necessidades e possibilidades, que vão colocar novas alternativas, das quais pode-se fazer escolhas, através de um planejamento de ação e resultados previstos.

O trabalho é uma atividade racional e por ser uma atividade coletiva, exige meios de comunicação através da linguagem articulada. Além disso, ele só deve ser pensado como atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, como uma atividade através da qual se cria a riqueza social. Nesse quesito vale ressaltar que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal.

A modalidade de relação da sociedade com a natureza varia historicamente, de maneira que temos dois saltos quantitativos ou ontológicos: um que separou a matéria inorgânica e a orgânica; e outro que fez surgir a espécie humana a partir dos primatas. No segundo salto ontológico encontra-se o desenvolvimento do ser humano enquanto ser social.

Os homens reunidos em sociedades distintas são os modos de existir do ser social, e os processos de humanização dos homens correspondem ao desenvolvimento do ser social. Assim, desenvolvido e articulado, o ser social constitui-se como um ser que se particulariza porque é capaz de: realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e sociabilizar-se. Por isso, a capacidade de realizar o trabalho é que nos diferencia dos outros seres vivos e das matérias inorgânicas e outras matérias orgânicas.

Para Lessa (2016), o ser social é mais que trabalho, pois ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, o que se denomina de práxis. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo, mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas. Ela pode ser dividida em práxis voltada para o controle e a exploração da natureza e formas voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens. No primeiro caso, que é o do trabalho, o homem é o sujeito e a natureza é o objeto; no segundo caso, trata-se de relações de sujeito a sujeito, daquelas formas de práxis em que o homem atua sobre si mesmo. Desta forma, os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se materialmente e/ou idealmente: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer.

Entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida, uma vez que a criatura passa a dominar o criador. Essa inversão caracteriza o fenômeno da alienação. Braz e Netto (2007) explicam que

A alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedade nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer sociedade nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem (BRAZ; NETTO, 2007, p. 45).

Analisando o desenvolvimento das relações sociais ao longo da história da humanidade, pode-se dividir as fases da história da humanidade pela forma de exploração da força de trabalho: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo e capitalismo. Devido ao objeto de nossa discussão, nos deteremos em tratar sobre o modo de produção capitalista.

Economicamente a relação capital e trabalho se desenvolveu ainda em meio a sociabilidade feudal, substituindo-a gradualmente. O processo histórico que se operou do final do século XV até meados do século XVIII, foi denominado por Marx como a acumulação primitiva, período que permitiu o processo de transformação dos produtores, antes servos, em trabalhadores assalariados.

Com a passagem do feudalismo ao capitalismo, as novas formas de organização entre os homens para extrair da natureza o necessário para sua sobrevivência exigira uma revolução em todo o processo para constituir uma nova forma de sociabilidade.

O trabalho assalariado “livre” é a base da produtividade desta nova sociabilidade. Porém, esta liberdade pode ser analisada de forma crítica, uma vez que o trabalhador não tem a mesma liberdade que o capitalista ao negociar sua força de trabalho. Parte-se da suposição de que os indivíduos têm igualdade formal de propriedades, onde capitalistas detém os meios de produção e os trabalhadores a sua força de trabalho, e os encontros e negociações são feitos através de contratos em que todos devem responder às suas partes. Assim, compreendemos que a liberdade que o capitalismo promoveu foi realmente a liberdade contratual, enquanto legalização da exploração. Tudo isto está concebido nesta forma de organizar a sociedade, “liberando” os servos dos laços feudais e tornando os trabalhadores “livres” no mercado capitalista, para que eles “voluntariamente” se vendam como força de trabalho, mas protegidos por um contrato. Esta é, pois, uma igualdade mistificada.

Nesses termos, compreendemos que o liberalismo econômico, próprio da emergência do capitalismo, liberou a classe média da servidão e das imposições do Estado e esta, assim emancipada, condenou à servidão os trabalhadores que a haviam ajudado a conquistar a liberdade. Pois, após a Revolução Francesa, em 1789, “[...] uma doutrina que começara por ser um método de emancipação da classe média converteu-se [...] num

método para disciplinar a classe trabalhadora” (LASKI, 1973, p. 149), que se tornara a classe antagônica a ela e começava a reivindicar direitos. Assim, o Estado nas mãos da burguesia se tornou um poder coercivo para manter sob domínio a classe trabalhadora.

Ao analisar o modo de produção capitalista podemos identificar suas consequências nas relações sociais, pois com relação ao revolucionamento constante das forças produtivas nesta forma de sociabilidade, houve um crescimento das possibilidades de produção dos itens necessários aos seres humano; porém, existe uma distribuição desigual do que é produzido socialmente. Estas são as bases que permitem o desenvolvimento da chamada “questão social”, assunto da nossa discussão no item que se segue.

2 BASE MATERIAL DA “QUESTÃO SOCIAL” E A SEQUELA DO PAUPERISMO

Os estudos sobre a “questão social” compreendem um campo teórico de debates científicos amplos e heterogêneos. No entanto, na maioria das vezes – ou quase sempre – verificamos a ausência de uma concepção revolucionária para discutir as expressões que são abarcadas por este termo. Cabe, portanto, desde logo sinalizar que a partir dele queremos indicar o conjunto das mazelas próprias da sociedade burguesa, colocando-as, portanto, como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da classe capitalista” (NETTO, 2011, p. 17). Ainda, vale reafirmar o seu traço sócio-político, pois a “questão social” só encontra lugar nas preocupações da classe burguesa a partir do momento em que a organização dos trabalhadores e as lutas operárias passam a reivindicar solução para as péssimas condições de vida a que estavam submetidos. É, portanto, a partir das lutas sociais e políticas do proletariado que se evidencia o aspecto político da chamada “questão social”.

Parece mesmo consensual afirmar que a gênese da “questão social” remonta ao tempo histórico da inserção da forma de produção social baseada na grande indústria, datada na segunda metade do século XVIII, tendo em vista as lutas do proletariado contra a burguesia e o surgimento do pauperismo, sob a forma absoluta. Mas, vale dizer: a “questão social” não se reduz apenas a este último, suas expressões estão para além dele, materializando-se na fome, nas péssimas condições de vida, habitação e trabalho e ainda na formação de uma força de trabalho excedente que não encontrava possibilidades para a sua venda.

A partir do momento em que a luta operária ganha força e visibilidade política, a classe dominante, até então esquecida das condições as quais estavam submetidas o proletariado, volta seus olhares para a classe dominada. O processo de pauperização da

classe trabalhadora ganhou, pois, atenção enquanto fenômeno inédito por constituir-se de maneira diferente das formas pelas quais a pobreza até então se expressava.

Compreendemos nesses termos que a relação entre a “questão social” e o pauperismo é inequívoca. “A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou como ‘questão social’” (NETTO, 2011, p.154).

Com vistas a dar conta deste debate a partir da teoria como uma tentativa de apreensão do movimento real do objeto, reafirmamos a direta relação da “questão social” com a pobreza, sob a forma do pauperismo. Esta é uma forma de compreensão do tipo de empobrecimento típico do modo de produção capitalista, pois não aparece relacionado a escassez e nem ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, como acontecia em modos de produção anteriores, mas está ligado ao processo de distribuição e circulação dos bens socialmente produzidos como o fomento da acumulação, sendo socialmente produzida e reproduzida, empobrecendo o trabalhador enquanto ele produz.

Portanto, dada a complexidade que envolve a totalidade da vida social e a reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista, compreendemos que a pobreza, assim como a desigualdade, não se esgota a aspectos socioeconômicos, mas se relaciona a problemáticas pluridimensionais (NETTO, 2007). Ou seja, ela não se limita apenas à dimensão da renda, o que nos leva a considerar uma falácia a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo. Ao contrário, partimos do pressuposto que a base material da “questão social” está presente na Lei Geral da Acumulação Capitalista na qual “a força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital” (MARX, 2013, p. 719).

Assim, entendemos o pauperismo como uma das primeiras expressões da “questão social”, ou seja, consequência mais flagrante do desenvolvimento do próprio capital, aparecendo como um componente ineliminável da sua dinâmica. À medida que o trabalhador transfere valor para as mercadorias produzidas, ele sofre um processo de empobrecimento. É, portanto, próprio da dinâmica capitalista produzir riqueza à medida que produz, por outro lado, pobreza. É isto que Marx sugere a partir da lei geral da acumulação capitalista, pois colocando em evidência a capacidade própria do trabalho humano em criar valor, o trabalhador começa a sofrer um processo de pauperização ainda no âmbito da produção, de maneira que “o trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza

produz, [...]. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2001, p. 111).

Santos deixa claro que “a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas” (SANTOS, 2012, p. 29). Portanto, a pobreza em tempos anteriores se apresentava de maneira totalmente diversa de como ela se coloca após a emergência do capital. Se antes tal fenômeno era originado principalmente pela escassez de bens que pudessem suprir as necessidades das pessoas vivendo em sociedade, em determinados momentos históricos, ou seja, pela carência de bens na esfera da circulação, com a emergência do capital ela é ocasionada, sobretudo, pela produção fabril. Em outros tempos, o pauperismo no modo de produção capitalista está hipotecado à esfera da produção de mercadorias, sendo produzida e reproduzida à medida que acontece a produção de riqueza.

No momento em que se colocam as bases para o funcionamento da grande indústria, com o desenvolvimento das forças produtivas no sentido de ampliar a produção de mercadorias e aumentar a rentabilidade do capital, colocam-se também as bases para um empobrecimento alargado daqueles que vendem força de trabalho em troca de um salário que garanta sua reprodução, e em contrapartida o enriquecimento de um pequeno contingente que se apropria do excedente de riqueza produzida. Marx nos explica que é ainda sob a lógica da produção que se inicia o processo de pauperização do trabalhador. Pois o mesmo “torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, [...] com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2001, p. 111).

Na sociedade de classes, a riqueza produzida não é socializada com os seus produtores diretos, os trabalhadores, mas apropriada pelo dono dos meios de produção. Assim, fica candente que, pela própria dinâmica tendencial do capital, o avanço da acumulação coloca de um lado uma enorme massa de riqueza produzida e de outro, uma também assombrosa concentração de pobreza. Desta forma, torna-se cada vez mais restrito o acesso de bens necessários a satisfação das necessidades desta classe expropriada.

Compreendemos, portanto, como se dá a relação entre “questão social” e pauperismo entendendo a gênese e os fundamentos históricos que colocam a pertinência dessa relação. Em linhas gerais, a relação entre “questão social” e pauperismo tem o seu entendimento hipotecado a delimitação da profundidade e largura das consequências advindas do conflito entre capital e trabalho, o que lança as bases para a materialização da primeira, em suas diversas facetas, inclusive dando concretude à segunda. Em outros

termos, o pauperismo é, pois, expressão concreta da “questão social”. Aquele se liga à forma de como esta se estabelece neste modo de produção.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos afirmar que para compreender o modo de produção capitalista devemos nos ater ao método investigativo e analítico que permita desvelar a realidade em seus aspectos essenciais. Sem dúvida, o exercício da pesquisa cumpre essa função primordial: o desvelamento das contradições da realidade. Ainda, entendemos que nessa esteira a concepção histórica e crítica pautada no materialismo histórico dialético continua sendo uma forma uma compreensão de mundo válida para o distanciamento de visões meramente gnosiológicas das nossas relações sociais, reivindicando a análise ontológica do objeto em pauta, captando a sua trajetória na totalidade social. Tal concepção permite a apreensão dos fundamentos do desenvolvimento do gênero humano e sua relação com o mundo.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a atividade do trabalho, enquanto relação orgânica do homem com a natureza, é fundante do ser social, e a forma de exploração da força de trabalho cria as bases da sociabilidade, gerando os modos de produção distintos historicamente. Também, verificamos que ao atingirmos níveis mais avançados do desenvolvimento das forças produtivas, com o modo de produção capitalista, foi possível pela primeira vez na história a geração de riqueza material regular para suprir as necessidades de toda a humanidade. Porém, devido à desigualdade de distribuição e acesso daquilo que é produzido entre as classes sociais, ganha evidência uma das primeiras expressões do que se denominou de “questão social”, o pauperismo, pois à medida que o capital produz riquezas através da esfera produtora de mercadorias, ele também empobrece o trabalhador não apenas pela não socialização dos bens produzidos, mas ainda na esfera da produção.

Pudemos compreender também que se a “questão social” aparece materializada no conjunto das sequelas próprias deste modo de produção, englobando o conjunto de desigualdades fundadas especificamente sob a relação entre capital e trabalho, o pauperismo ganha forma necessariamente a partir da emergência da sociedade burguesa. Nesse sentido, podemos afirmar que o pauperismo, assim como a “questão social”, são insuprimíveis sob o marco do capital. Sua relação com este modo de produzir é intrínseca e imaginar a solução da “questão social” sob a lógica do capital é o mesmo que pensar a sua manutenção e reprodução sem a acumulação (BRAZ; NETTO, 2007).

Ainda, vale acrescentar que a “questão social” ganha novas expressões e dimensões com o avanço dos níveis de acumulação, pois ela é diretamente proporcional à ampliação do leque de contradições e problemáticas do modo de produção capitalista, tornando-se alvo das políticas sociais instituídas pelo Estado como forma de resolver os problemas que emergem com o próprio desenvolver da sociedade. Porém, reivindicamos que, longe de resolver o problema, as políticas sociais se desenvolvem enquanto medidas paliativas, não resolvendo a “questão social” em si, mas atacando e minimizando seus efeitos, uma vez que agem apenas sobre as suas expressões no nível da circulação e distribuição, não atingindo o cerne da lógica de reprodução desta forma de sociabilidade residente na esfera de produção de riqueza, a esfera da produção.

Contudo, diante da conjuntura atual, perpassada por uma crise estrutural do capital, seguida de um retorno conservador e um aprofundamento agudo da estratégia neoliberal em todo o mundo, percebemos que as políticas sociais se mostram incapazes de garantir a satisfação das necessidades mais elementares da classe trabalhadora, de maneira que inclusive as necessidades relativas à reprodução da força de trabalho têm sido comprometidas. O fato se atesta principalmente pelo retorno de milhões de pessoas as franjas mais pobres da sociedade, pela dificuldade de acesso a cesta básica encarecida, e aos serviços sócioassistenciais mais elementares como saúde, educação e previdência, assim como pela redução recente da política de assistência. De fato, parece candente que a satisfação plena das necessidades desta classe só poderá concretizar-se em outra forma de sociabilidade, diferente do capitalismo.

Surge daí ainda, contraditoriamente, a necessidade de garantirmos as possibilidades que a política social proporciona para o alívio do sofrimento cotidiano da classe trabalhadora, enquanto uma mediação válida de reprodução de força de trabalho nesta forma de sociabilidade, mesmo compreendendo seus limites diante da satisfação das necessidades desta classe e seu caráter eufemizador das sequelas próprias do modo de produção capitalista, com objetivo maior de garantir a reprodução ampliada do capital, ou seja, os níveis de acumulação.

Por fim, reafirmamos que neste modo de vida, comandado pela relação entre capital e trabalho, torna-se, portanto, impossível a superação das contradições fundantes que dão concretude às sequelas relativas à “questão social”, tendo em vista que lhe é imanente. Mesmo que hajam ações pontuais sobre suas expressões, se inscrevendo num rol de intenções políticas reformistas, com um capitalismo menos perverso ou mais humano, não se pode mudar a realidade daquilo que está enraizado numa base econômica sustentada pela exploração da força de trabalho. Apenas numa sociabilidade para além do capital o

pauperismo poderá ser superado, por meio da falência dos alicerces que sustentam a propriedade privada, a sociedade de classe e o trabalho abstrato.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTELO, Rodrigo. **A teoria marxiana do pauperismo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../Rodrigo_Castelo_Branco.pdf>. Acesso em julho de 2012.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. O serviço social no processo de reprodução das relações sociais. In: **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

LASKI, Harrold. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4 ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

_____. **O capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

_____. **Manuscritos Econômicos filosóficos**. 1ª Edição. 3ª Reimpressão. Coleção a obra-prima de cada autor. Texto Integral. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2001.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, Pobreza e Serviço Social**. Revista Em Pauta, nº 19, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>>. Acesso em setembro de 2011.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica de Serviço Social; vol.6. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de financiamento: 001.